

Meine Siomara Alcântara

SINDICATO DO GARRANCHO



Um ideal nunca morre

Meine Siomara Alcântara

SINDICATO DO GARRANCHO
Um Ideal Nunca Morre

Natal/RN, 2003.

*“Há homens que lutam um dia e são bons,
Há outros que lutam um ano, e são melhores.
Há quem lute muitos anos e são muito melhores.
Porém, há os que lutam toda a vida:
estes são imprescindíveis.”*

Bertolt Brecht.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é um presente a uma pessoa que me fez acreditar na luta por uma sociedade mais justa. Ao meu avô *Francisco Guilherme de Souza* meu agradecimento especial, por tão grata satisfação em compartilhar ao seu lado memórias vivas de um tempo.

A Professora *Denise Monteiro Matos*, que lidou com paciência e competência nas críticas e orientação da Monografia.

A *Jailma Maria de Lima e Karla Menezes*, historiadoras, que me incentivaram, deram dicas, trocaram idéias e sugestões. A elas o meu mais carinhoso abraço.

A *Miguel Gregório Neto*, querido irmão, que acreditou na possibilidade da conclusão deste livro.

Aos meus pais, *Pedro Alcântara Gregório e Ocimar de Souza Alcântara*, por todo amor que sempre me dedicaram, em momentos difíceis ou alegres. A eles, o meu mais profundo respeito.

A *Ricardo Alves*, pelo empenho e atenção dispensada para a confecção deste livro. A ele, meu muito obrigado.

E finalmente, a *Nildo*, Historiador, companheiro, namorado, amante, meu bem e paixão. A ele, dedico este livro.

*Aos meus filhos,
Vitor e Maira,
Lindos tesouros, pelas horas
roubadas de seus convívios, e
pela certeza que eles um dia
possam lutar por um ideal.*

*Ao meu avô,
Francisco Guilherme de Souza,
Homem, trabalhador de salinas,
Que nunca desanimou,
Mesmo quando o sol lhe ofuscava os olhos...
Homem, membro de um partido político,
Que por muito tempo perdurou nas páginas da
História do Brasil na ilegalidade.
Homem, sindicalista que lutou por
Melhores condições de vida e trabalho
Numa sociedade altamente repressora.
Homem, que esteve preso
Nas prisões do Rio de Janeiro,
Mas mesmo assim, nunca deixou
De acreditar em um ideal.
Homem, pai que soube criar oito filhos
Com dignidade e honestidade.
Homem, que junto de sua companheira
Francisca Clara de Souza,
Sonhou com um mundo melhor,
A ele, minha mais profunda admiração.*

PREFÁCIO

Geralmente, a história é contada a partir da ótica dos “vencedores”, dos “donos do poder”, já que estes controlam as “rédeas do progresso”. A historiadora *Meine Siomara*, comprometida com o povo, a ciência e a verdade, faz um estudo expondo o outro lado, o lado dos excluídos, dos “perdedores”. Contextualizando política, sociedade, economia, e mais ainda, lançando mão da história oral, através dos depoimentos do Sr. *Francisco Guilherme de Souza*, a autora especula o processo de formação e evolução do Sindicato dos Operários das Salinas de Mossoró/RN, o Sindicato do Garrancho, entre 1931 e 1946.

Presenciei o quanto foi difícil transformar a Monografia de final de curso (História) em livro; pois, longe de fazer uma história personalista, impregnada de subjetivismo, de tendências, já que os depoimentos do Sr. *Francisco Guilherme* são alguns dos direcionadores deste estudo, e, levando em conta que a autora é ligada por laços familiares ao depoente, outrossim, que, o receio de falhar, no sentido de omitir aspectos, ou inserir juízos de valor e o lado emotivo, comprometendo a veracidade, estavam presentes, principalmente tendo conhecimento do caráter axiológico do objeto da história.

Quando um sonho se transforma em ideal de luta, esse sonho individual, deixar de existir, dando lugar ao coletivo. O ideal, integrante do coletivo, pertencia a todos aqueles que iam contra o que se apresentava como “Destino”, e lutavam por melhores condições de trabalho, de vida e por justiça social. Os homens do Sindicato do Garrancho acreditavam nesse ideal, e que ele jamais morreria. Estes homens possuíam, usando as palavras de François Silvestre: “..o cheiro e a cor de sua terra, a marca de sangue de seus mortos, e a certeza de luta de seus vivos...”

Josenildo Cesar.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o processo de formação e evolução do sindicato dos operários das salinas de Mossoró (denominado Sindicato do Garrancho), entre 1931 e 1946, tendo como objeto de análise principal o depoimento de um de seus sindicalistas: Francisco Guilherme de Souza.

Retomamos a análise do Sindicato do Garrancho, já tratado por outros autores, não só no sentido, especificamente, de confrontar interpretações divergentes que um ou outro autor tenha feito, mas , também, no intuito de trazer à luz a voz de um dos personagens ativos, e ainda vivo, na luta empreendida por aquele sindicato.

Nesse sentido, a partir do depoimento oral de um membro do Sindicato do Garrancho, tentamos resgatar fragmentos da história de um povo. Uma história feita de homens trabalhadores, operários das salinas que buscaram, através de suas lutas, de seus sofrimentos e das suas péssimas condições de trabalho, mostrar-se como categoria e que conseguiram se opor às determinações dos patrões, alcançando, pelo menos em alguns momentos, certas vitórias.

Visando uma melhor compreensão de nosso objeto de estudo, este trabalho aborda, inicialmente, os aspectos gerais do contexto econômico, político e social do Brasil e do Rio Grande do Norte no período da República Velha e da Era Vargas. Num segundo momento, tratamos do processo de luta dos trabalhadores das salinas de Mossoró propriamente. Para finalizar, construímos uma análise sobre algumas questões que envolvem o próprio Sindicato do Garrancho a partir mesmo do depoimento do sindicalista Francisco Guilherme de Souza. Na verdade, é o seu discurso que direciona nossa análise. Neste sentido, a bibliografia que apoia nosso estudo correspondeu àquela referente à história do Brasil e do Rio Grande do Norte entre a primeira e a

segunda República brasileira, ao movimento sindical nacional e estadual.

O Sindicato do Garrancho é uma página do sindicalismo noroiondriograndense pouco explorada, com escassa bibliografia apesar da importância do tema. A luta dos operários de Mossoró para conquistarem direitos através da constituição de um sindicato, sob orientação do Partido Comunista, em um período de intensa repressão aos comunistas e até aos não-comunistas, é algo que não pode ser menosprezado pela historiografia. Neste sentido, torna-se mister revigorar o tema colocando-o em evidência e afirmando como relevante.

I - O RIO GRANDE DO NORTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

1 -Economia

Na economia norte-riograndense, durante a Primeira República, o sal e o algodão, secundados pelo açúcar e pela cera de carnaúba, foram os produtos de maior importância na pauta das exportações.¹

Além destes produtos, uma atividade econômica importante foi a pecuária que, desde o início da colonização, estendeu-se para o interior do Estado como forma de desbravar o sertão. A pecuária bovina constituiu, até os fins do século XIX, a principal atividade econômica do Agreste e do Sertão norte-rio-grandense, e foi responsável pelo povoamento, provocando o surgimento dos "caminhos do gado".²

A cotonicultura nordestina teve períodos áureos no quadro das exportações brasileiras. O primeiro aconteceu no final do século XVI-II, quando o Maranhão se tornou o principal produtor. O segundo teve início a partir de 1860, provocado pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América, que interrompeu as exportações americanas e possibilitou o grande "boom" para a expansão do algodão brasileiro. Com o término dessa guerra, o Brasil diminuiu suas exportações provocando um retrocesso na produção de algodão. Mas, apesar disto, o Nordeste se consolidou como principal produtor até os anos de 1940.³

Nos anos de 1880, surgiu um novo mercado consumidor constituído pelo centro-sul, onde se desenvolveu a indústria têxtil brasileira.

¹ SOUZA. 1989. p. 21.

² Ibidem. p. 56.

³ TAKEYA. 1985. p. 30.

O Nordeste passou a ser o maior núcleo de produção e fornecimento de matéria-prima para esta indústria. Instalava-se uma Divisão Intranacional do Trabalho, na qual as fábricas do Centro-sul (Sudeste) dependiam da matéria-prima da periferia: o Nordeste algodoeiro.

“Estimulada pelo mercado interno, constituído pela indústria têxtil algodoeira do Sudeste, a cotonicultura foi o principal sustentáculo da economia do Rio Grande do Norte em termos da produção agrícola, entre os anos de 1880 e 1915.”(TAKEYA, 1985).

Apesar da indústria têxtil ter se consolidado no Centro-sul do país, houve, no Nordeste, fábricas de tecidos, sendo em sua maioria localizadas na Bahia e Pernambuco. O Rio Grande do Norte, apesar da expansão de sua economia algodoeira, possuiu apenas uma fábrica têxtil em Natal, pertencente a Juvino Barreto, que foi inaugurada em 1888 e funcionou até 1925.

Paralelamente a agricultura de exportação havia a lavoura de subsistência, principalmente no sertão. Plantava-se feijão, milho, mandioca, batata-doce e outros produtos alimentícios intercalados com o algodão.

Um outro produto de exportação, importante para a economia norte-rio-grandense, foi a cera de carnaúba cultivada nos Vales do Açú e Apodi-Mossoró, que despertou o interesse dos proprietários de

terra habitantes daquela região, possibilitando assim seu cultivo em grande extensão.

ANDRADE. citado por MEDEIROS (1973), diz que *“pela extensão ocupada pelos carnaubais e pela multiplicidade de ocupação dos produtos da carnaubeira, podemos afirmar que há um verdadeiro complexo cultural na região, uma verdadeira civilização da carnaúba que está a exigir um minucioso levantamento, um verdadeiro inventário que a encare do ponto de vista da importância econômica, das influências culturais, antropológicas e sociológicas, sem esquecer dos aspectos históricos.”*⁴

Quanto ao açúcar, houve um declínio em sua produção, a partir da segunda metade do século XIX, devido à queda de preços no mercado mundial e à concorrência do açúcar de beterraba. Neste contexto, os senhores de engenho partiram para a modernização, tentando organizar engenhos centrais e construir ferrovias para escoar a produção.

O impacto dessas transformações, somado às tardias reações de seus produtores, contudo, conduziram a economia açucareira do Rio

⁴ ANDRADE, Manoel. A Terra e o Homem no Nordeste. Brasiliense, 1970.

Grande do Norte a uma posição de retaguarda se comparada a outros estados brasileiros. Enquanto, por exemplo, começou a implantar seus engenhos centrais a partir de 1870, e suas usinas em 1890, o RN só concretizaria tais iniciativas décadas depois (Usina Maranhão em 1910 e as usinas São Francisco, Ilha Bela e Guanabara em 1929).

Em termos de produtividade, por sua vez, observou-se um expressivo declínio dessa economia se considerado os dados numéricos das exportações realizadas em 1888 e 1905. Enquanto naquele ano as exportações ficaram em 13.760.534 quilos, neste as exportações declinaram para 1.244.525 quilos.⁵

No que se refere ao sal, o descobrimento de grandes salinas naturais na costa setentrional do Rio Grande do Norte e Ceará ocorreu na segunda metade do século XVI, quando os portugueses expandiram o povoamento em direção ao Maranhão, lutando contra os franceses.

Mas, somente a partir do século XVIII, o sal começou a ser explorado devido ao desenvolvimento da indústria da carne seca. O gado era abatido, a carne salgada e o couro curtido para venda. Eram as "oficinas" de carne seca. Estas oficinas teriam se iniciado no Vale do Jaguaribe, depois se expandido para Açú e Mossoró. Porém, este empreendimento não durou muito. O governo de Pernambuco proibiu, em 1788, o funcionamento das oficinas no Rio Grande do Norte e Paraíba, pois estavam afetando sua economia: a região açucareira pernambucana precisava de bois como animais de tração. Contudo, esta proibição não foi totalmente respeitada e os fazendeiros continuaram a abater o gado e exportar a carne pelo porto de Aracati, localizado no Estado do Ceará.⁶

No final do regime monárquico, em 1889, um decreto deu concessão para exploração de salinas em terras devolutas (compreendidas

⁵ SOUZA. 1989. p. 41.

⁶ Ibidem. p. 23.

entre o Rio Mossoró e Açu) a Antonio Coelho Ribeiro Roma, que organizou, então, a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu.⁷

Em 1897, no governo Ferreira Chaves, o monopólio da exportação do sal, que já vinha se delineando, viria a ser firmado com a renovação do contrato da Empresa Sal e Navegação. Embora sobre este contrato tenha sido movida uma ação por alguns salineiros locais, que sustentavam sua inconstitucionalidade, sobretudo por prever punição para aqueles que não se submetessem aos imperativos daquela empresa, já em 1901 um outro contrato veio reafirmar o monopólio das exportações de sal no Rio Grande do Norte.

A política adotada desde o governo de Ferreira Chaves expulsou vários salineiros do mercado produtor norte-riograndense. A forte concorrência das salinas do Ceará e do Rio de Janeiro, por outro lado, levou também à falência a Companhia Nacional Salinas Mossoró-Açu e a Empresa Sal e Navegação.

Para agravar ainda mais esta situação, a concorrência do sal de Cadiz (Espanha) passa a ameaçar a indústria salineira do Rio Grande do Norte.

É tentando superar esta crise que, em 1905, o então governador Tavares de Lira baixou uma lei que, se de um lado concorreu para estimular a formação dos sindicatos dos salineiros (no caso, proprietários de salinas) do RN, por outro também o dificultou. Isto porque foram estabelecidas exigências que estavam além das possibilidades de cumprimento por parte dos sindicatos que viessem a se formar. Era o caso da exigência proposta no artigo 2º da referida lei:

⁷ ANDRADE. 1995. p. 35.

“Manter uma frota de vapores e navios a vela, de 20000 toneladas de capacidade, com a qual será obrigado a fazer o transporte de sal e de mercadorias e de produção e consumo do Estado entre todos os mercados de sua escala devendo, pelo menos um dos vapores, tocar duas vezes por mês no porto de Natal.” (SOUZA, 1989).

Inviabilizado seu incremento a partir dos próprios sindicatos locais, a indústria salineira norte-riograndense, em 1905, passa então para o controle da Companhia de Comércio e Navegação, que monopolizou a exportação do sal até 1914, ainda que a partir de 1912 tenha mantido seu controle sob o nome do Sindicato dos Salineiros do Rio Grande do Norte; considerado por SOUZA um pseudo-sindicato.⁸

Embora em 1914 tenha sido quebrado o monopólio da exportação do sal, até o final da República Velha o rumo da indústria salineira não sofreu grandes alterações no montante de suas exportações anuais, ainda que neste percurso tenha sido criada a Inspeção Geral de Salinas do RN. De qualquer forma, no final da República Velha o sal correspondia ao segundo produto de maior peso no quadro das exportações deste estado.⁹

Para a exportação dos produtos produzidos no estado era preciso, por sua vez, meios de transportes adequados. Porém, nesse período

⁸ SOUZA. 1989. p. 31.

⁹ Ibidem. p. 35.

do, as estradas eram "carroçáveis", isto é, caminhos em péssimas condições de tráfego, onde os "comboios" viajavam dias a fio para chegar ao seu destino. Três eram as estradas onde trafegava o maior número de pessoas: a "Estrada das Boiadas", que cortava o estado de leste a oeste; a Estrada do Seridó, que ligava a cidade de Macaíba ao sertão; e finalmente a estrada que ligava Mossoró até o alto sertão.

Por estes caminhos eram escoadas as mercadorias para os principais portos do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Macau e Natal.

Mas além da ampliação do número de estradas estar diretamente ligada ao fluxo dos produtos comercializados pelo estado, segundo SOUZA a abertura de novas vias de comunicação no Rio Grande do Norte esteve também ligada à atuação da Inspetoria Nacional de Obras Contra as Secas, sobretudo pela necessidade de se tornar mais fácil às vias de comunicação entre o interior e o litoral.¹⁰

No que se refere às ferrovias, a primeira estrada de ferro do estado foi a que ligava Natal à Nova Cruz, implantada em 1883 pela companhia inglesa Imperial Brazilian Natal and Nova Cruz Railway Company Limited. Esta ferrovia foi ampliada em 1908 até a cidade de Guarabira, na Paraíba. A segunda ferrovia foi a Central do Rio Grande do Norte, que percorria o vale do Ceará-Mirim, os tabuleiros de João Câmara, Pedro Avelino e Macau.

Já em 1912 foi implantada a Companhia Estrada de Ferro de Mossoró S.A., que partia de Porto franco, no município de Areia Branca, seguindo até Alexandria no alto oeste.

Em termos de indústria, na República Velha o número de estabelecimentos do Rio Grande do Norte era insignificante tanto no contexto nacional como regional, ocupando o sétimo lugar deste. Esta

¹⁰ Ibidem. p. 63.

incipiente indústria concentrava-se nos setores têxtil e de alimentação.¹¹

Quanto às finanças, tínhamos dois estabelecimentos bancários de maior importância: o Banco de Natal e o Banco do Brasil. Além destes, foram criados outros de menor expressão: a Caixa Econômica Estadual, criada em 1922, e as Caixas e Bancos Rurais do interior, implantados no governo de Juvenal Lamartine.¹²

2 - Sociedade e Política

A República Velha se caracterizou pela chamada "Política dos Governadores", na qual os partidos republicanos de cada Estado, que representavam os interesses de grandes fazendeiros (os "coronéis"), indicavam os candidatos à Câmara e ao Senado Federal que apoiavam a política do café-com-leite, garantindo, assim sua eleição através do controle sobre a máquina eleitoral. Dessa forma, era comum a distribuição de favores aos eleitores e a existência de votos fraudulentos. A constituição então vigente excluía mulheres e analfabetos do direito ao voto. Os partidos existentes refletiam os interesses das oligarquias locais, que utilizavam a forma democrática-republicana para promover seus próprios interesses econômicos.

"Aos grupos dominantes tradicionais veio juntar-se uma burguesia preocupada com o protecionismo

¹¹ Ibidem. p. 57.

¹² Ibidem. p. 59.

e a contenção do movimento operário. Ao lado do bacharel tradicional, ligado por parentesco e interesses ao proprietário de terras, surgiu uma nova pequena burguesia (empregados de escritório, pequenos comerciantes, funcionários), gerada nas atividades urbanas, atenta aos efeitos das flutuações da política cambial sobre o seu nível de vida e ciosa dos seus direitos esbulhados nas eleições a bico de pena.”(SHELLING, 1991)

Os novos grupos sociais que surgiram neste contexto deram origem a uma nova configuração ideológica, refletindo, de um lado, novas condições de vida social e, de outro, os acontecimentos que culminaram na Revolução de 1930.¹³

Vários movimentos surgiram nas diversas camadas da sociedade, expressando a insatisfação popular frente a política vigente. Entre os militares, os jovens oficiais iniciavam em 1922 o movimento que seria conhecido como Tenentismo, expresso através de sublevações, que culminaram com a formação da Coluna Prestes, que atravessou o país em 1926. As classes médias urbanas viam-se impedidas de participar da cena política devido ao monopólio das oligarquias. Estas, divergindo entre si por razões de ordem econômica ou política, produziram

¹³ SPINELLI. 1996. p. 16.

dissidências. Quanto à classe trabalhadora, através das lutas do movimento operário aspirava conquistas relativas ao mundo do trabalho.¹⁴

O Rio Grande do Norte, que não diferia politicamente dos demais estados brasileiros, foi, durante a República Velha, governado apenas por duas oligarquias. A primeira delas - Albuquerque Maranhão - governou o Estado por vinte e oito anos (1890-1918). Seus principais líderes foram Pedro Velho e Alberto Maranhão que, mesmo depois de afastados dos centros do poder local, conservaram posições no aparelho do Estado até 1930, ano em que Alberto Maranhão foi derrotado na reeleição à Câmara Federal.¹⁵

A outra oligarquia era representada por grandes proprietários do Seridó, onde se concentrava, especialmente, a cotonicultura e a pecuária. No início do período republicano, a maior liderança da região era o Coronel José Bernardo, aliado a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Após sua morte, o sistema político do Seridó se desorganizou, para mais tarde ser rearticulado por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine. A partir de então, os coronéis do Seridó tiveram privilégios no destino político do Estado até 1930.¹⁶

As forças descontentes com o regime político vigente reuniram-se em torno da Aliança Liberal, que no discurso representava os anseios e insatisfações políticas e sociais da Primeira República. Mesmo com a união dessas forças, a Aliança não conseguiu derrotar o modelo de política vigente até então, assentado no voto de cabresto e nas fraudes eleitorais. Os candidatos da Aliança (Getúlio Vargas e João Pessoa) foram derrotados.

¹⁴ FERREIRA. 1997. p. 41.

¹⁵ SOUZA. 1989. p. 115.

¹⁶ SPINELLI. 1996. p. 20-21.

No entanto, o assassinato de João Pessoa, por motivos pessoais em Recife, foi a causa imediata para a deflagração do movimento militar de 1930, liderado por Getúlio Vargas. O movimento saiu vitorioso, com a deposição do então presidente Washington Luís. Iniciou-se então a chamada Era Vargas, que no Rio Grande do Norte caracterizou-se por um alto grau de turbulências políticas e por um grande número de interventorias tenentistas.¹⁷

Em 1933, Mário Câmara assumiu a Interventoria do Estado, indicado por Getúlio Vargas, como forma de ampliar a força política deste último, aproximando-se de facções oligárquicas estaduais que o haviam derrotado nas eleições para a Assembléia Constituinte em 1933.

As eleições de 1934, para deputados estaduais e federais, que elegeriam os governadores, foram caracterizadas, no Rio Grande do Norte, por violência, inclusive com assassinatos, fraudes eleitorais e intervenção do Supremo Tribunal Eleitoral. Os partidos que concorreram a esta eleição foram: o Partido Popular, composto, em sua maioria por membros do antigo Partido Republicano; a Aliança Social, fusão do Partido Social Democrático dirigido pelo Interventor Mário Câmara; e o Partido Social Nacionalista, organizado por Café Filho. Também concorreram às eleições a Ação Integralista Brasileira e o Partido da União Operária Camponesa do Brasil, "saída legal para que o Partido Comunista pudesse concorrer às eleições".¹⁸

O resultado final das eleições deu a vitória ao Partido Popular, que elegeu 14 deputados contra 11 da Aliança Social. Após o resultado das eleições os deputados do Partido Popular foram para a cidade de João Pessoa, onde pediram asilo político até a eleição do novo governador do Estado. Além disso, solicitaram tropas federais para a-

¹⁷ COSTA. 1995. p. 31.

¹⁸ *Ibidem*. p. 42.

companharem a votação. E, novamente, o Partido Popular teve maioria, empossando Rafael Fernandes como novo Governador do Estado. Com estas eleições, Vargas sofreu uma nova derrota política no Estado do Rio Grande do Norte.

Assim, como afirma SPINELLI,

“O período 1933-35 testemunhou uma crise de acomodação entre o poder político central e a classe dominante local, no Rio Grande do Norte. O fato de que a crise tenha sido tão prolongada (...) e de que seu desfecho só tenha se dado, de fato, com a insurreição comunista de 1935, foi decorrente, em larga medida da ambigüidade política ou por uma extrema manipulação de Vargas, apoiando aparentemente, ao mesmo tempo, as duas correntes em luta (a facção interventorial e a dos políticos ligados ao "antigo regime") e postergando uma solução definitiva.”(SPINELLI,1996)

O Governador Rafael Fernandes, ao assumir o poder em outubro de 1935, toma algumas medidas que contribuiram para a continuidade do clima de tensão existente com a demissão de funcionários

tidos como aliados do interventor Mário Câmara. E, como parte das mudanças político-administrativas, no dia 20 de outubro dissolveu também a guarda civil, acusada, durante a campanha eleitoral, de abrigar cangaceiros e desordeiros a mando daquele Interventor. No momento de sua dissolução, essa guarda era composta de 300 (trezentos) homens.¹⁹

De acordo com COSTA, alguns autores atribuem a este fato, que, sem dúvida geraria grandes descontentamentos, um papel importante no levante que ocorreria três dias depois no 21º Batalhão de Caçadores. No entanto, o mesmo autor discorda desta posição, afirmando que o total de demitidos e dos que participaram do levante era realmente insignificante e não teve a importância decisiva que muitos lhe atribuem.

Mas esse fato possibilitou a aproximação do governo federal com o estadual. Os adversários de Rafael Fernandes passaram a ser também adversários do governo Vargas.

O governo de Rafael Fernandes, que começara fraco e hesitante, se fortaleceu com a execução das medidas de repressão ao levante comunista. O Partido Popular tinha agora a oportunidade de se associar ao governo federal na condição de aliado e contar com o seu apoio para a tarefa de liquidar a sua oposição interna. Este partido manteve-se no poder entre 1935 e 1937, perseguindo todos que não faziam parte do seu círculo: os Maristas (que eram partidários do interventor Mário Câmara na campanha de 34 e 35 para deputados federais e estaduais), Cafeístas (partidários de Café Filho) e Comunistas. Os sindicatos de trabalhadores, principalmente em Natal e na região salineira (Mossoró, Areia Branca e Macau), foram alvos da Lei de Segurança

¹⁹ COSTA. 1995. p. 54.

Nacional editada por Vargas em abril de 1935. Sobre esta lei, assim refere-se SPINELLI:

“[...] os dispositivos propostos na nova lei cancelavam na prática as liberdades sagradas no texto da Constituição. O projeto era articulado pelos setores mais reacionários do governo e um dos seus inspiradores era o ministro Vicente Ráo, inimigo declarado do Partido Popular. Embora a proposta visasse o movimento operário e popular e tivesse como justificativa o combate ao extremismo, sua amplitude tornava-a utilizável contra qualquer manifestação de oposição ao governo.” (SPINELLI, 1996)

Com o golpe de 1937 e a instituição do Estado Novo, Rafael Fernandes passou a governar sem interferências partidárias. O novo regime desenvolveu mecanismos de centralização política e administrativa a um nível sem precedentes.

No Rio Grande do Norte, a classe trabalhadora que mais sofreu os reveses de tantas mudanças era bastante reduzida, pois segundo o censo demográfico de 1920 o Estado possuía 197 estabelecimentos industriais, com um total geral de apenas 2.146 operários. A maioria

deles trabalhava nas salinas de Areia Branca, Macau e Canguaretama, nas ferrovias Great Western e Estrada de Ferro Central, nos portos de Natal e de outras cidades marítimas.²⁰

Quanto aos setores mais ricos da sociedade norte-riograndense, eram formadas por proprietários de terras ligados à economia agro-comercial, que detinham o poder econômico e político no Estado.

A classe média era bastante reduzida, composta por profissionais liberais, pelo funcionalismo civil e militar, e por pequenos e médios comerciantes.

²⁰ Ibidem. p. 55.

II - O PROCESSO DE LUTA DOS TRABALHADORES DAS SALINAS: CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SINDICATO

No Rio Grande do Norte, as primeiras organizações da classe trabalhadora surgiram nas cidades portuárias, onde o contato com idéias que circulavam nos centros populacionais mais desenvolvidos do país efetuava-se mais facilmente.²¹ Essas organizações foram criadas com o apoio do Partido Comunista, principalmente na região salinera de Mossoró e em Natal.

No entanto, antes de começarmos a descrever propriamente a formação do Sindicato das Salinas, é importante traçar um perfil destes trabalhadores: onde viviam, como trabalhavam e suas condições de sobrevivência num trabalho tão árduo como o das salinas.

1 - As Condições de Trabalho nas Salinas

A região situada entre as margens do Rio Açú e Mossoró é formada, em sua maior parte, por uma planície recortada por canais marítimos, que penetram nas terras de salinas. Segundo FERNANDES:

“O sal marinho é obtido expondo-se a água do mar ao sol e ao vento, em tanques rasos, onde a solução vai atingindo concentrações cada vez maiores, até o ponto de

²¹ SOUZA. 1989. p. 78.

solidificação. (...) Uma salina é composta dos seguintes compartimentos: barragem, cerco, chocador ou evaporador e cristalizador. (...) É no cristalizador que o operário da salina vive a maior parte da sua vida. Nele, o trabalhador atua de 14 a 18 horas por dia, de segunda à sexta, ou até mesmo os sábados e domingos.”(FERNANDES, 1980)

Após o processo de evaporação, começa a coleta propriamente dita do sal: o afofamento ou batimento, a lavagem do sal, o transporte dos cristalizadores para o aterro das salinas.

No afofamento, os trabalhadores utilizavam a alavanca, um instrumento de ferro que pesava de 3 a 5 quilos e tinha um comprimento médio de 1 a 3 metros. Era um trabalho muito pesado, para ser feito por homem, sob uma temperatura de mais de 30° C.²² A alavanca foi utilizada até aproximadamente 1940, quando foi substituída pelo ferro de cova, e posteriormente pela chibanca. A alavanca, o ferro de cova, a enxada, a pá, a chibanca e todas as outras ferramentas empregadas no processo de produção do sal, eram pagas pelos trabalhadores. Assim, nem as ferramentas ficavam a encargo do patrão.

Na lavagem do sal, usava-se como instrumento de trabalho pás e enxadas. Este também era um trabalho penoso, por ser feito dentro da água com elevado teor de sal, sem proteção para os pés ou mãos,

²² FERNANDES. 1980. p. 58-60.

sempre com o corpo curvado, provocando doenças no decorrer do tempo.²³

O transporte do sal, dos cristalizadores para os aterros, era feito em caixões de madeira. Depois de cheios eram levantados, colocados ao ombro e levados para o aterro onde o sal era lançado na pirâmide. O trabalhador mais uma vez sofria com esta forma de trabalho, pois o ombro ficava cheio de calos. O caixão, mais tarde, foi substituído pelo balaio, pendurado no pau e transportado por duas pessoas, mas o problema das calosidades continuavam.

Após o processo de produção de sal, a sua maior porção era destinada à exportação e levada em barcaças e alvarengas até os navios que ancoravam distante da costa, pois os portos mais próximos não ofereciam condições para a ancoragem de navios maiores.

Tornando ainda mais penosas as condições de trabalho nas salinas, as atividades iniciavam-se antes mesmo do nascer do sol, no escuro. Esta era uma forma de evitar, ao menos um pouco, a intensa luminosidade produzida pelo reflexo do sol nas salinas no decorrer do dia. Um dos grandes inimigos dos operários das salinas era esta incandescente luminosidade, pois, não se servindo de nenhum equipamento de proteção, estes trabalhadores tinham suas visões profundamente afetadas no decorrer do tempo. Devido a isto, eles preferiam iniciar a labuta já às duas horas da madrugada, seguindo até o meio-dia.²⁴

Outro fator agravante para a saúde do trabalhador era os furúnculos, que eles denominavam “maxixes”. Estes nasciam no contato da pele com as impurezas do sal, geralmente no joelho, nos pés e nos ombros, devido ao transporte do sal que era feito em balaios.

²³ ANDRADE. 1995. p. 47.

²⁴ FERREIRA. 1986. p. 138.

SOUZA. citado por FERREIRA, expressa-se sobre a saúde dos trabalhadores das salinas: *“Tinha estragar a sola dos pés, as rachaduras nos pés, tinha os maxixes, tinha a claridade. O excesso de claridade acabava com a vida da gente. Ao meio dia o sal é mais alvo do que neve, a gente olhando para o sal faz um reflexo como que seja vidro, parece mentira. O resto era queda, acidente, quebrar perna...”*²⁵

Não existia nenhum atendimento médico e, se alguém ficasse doente, ia para a casa. Neste caso, os amigos rateavam uma ajuda de custo para poder sustentar a família do trabalhador doente até a sua volta. O patrão não tinha nenhuma responsabilidade com a saúde do operário.

O transporte do sal era realizado por cima de pranchas de madeira, que, molhadas, ficavam escorregadias, sendo freqüentes as quedas e os acidentes. Não existia, então, nenhuma garantia para esses trabalhadores, que estavam à mercê da sorte. Os patrões queriam garantir seu lucro, não importando em que condições os operários trabalhavam. Estes, por sua vez, não tinham muitas alternativas de emprego na região e grande era o contingente de homens que iam à procura das salinas.²⁶

²⁵ SOUZA, Francisco Guilherme. Depoimento à FERREIRA. Mossoró, 1985.

²⁶ FERREIRA. 1986. p. 142-143.

O operariado das salinas era constituído por dois grupos: o primeiro, era o dos trabalhadores profissionais, ou melhor, aqueles que só trabalhavam nas salinas; o outro era dos agricultores, principalmente do Vale do Açu, que durante a entre-safra se dirigiam às salinas para ter um meio de sobrevivência.

Para chegar às salinas os trabalhadores caminhavam até 18 quilômetros. Ao chegar, alojavam-se em galpões cobertos de telhas, sem paredes laterais, ficando expostos ao vento e a chuva. Outro grande problema era a água que bebiam, que não era paga pelo patrão. Dessa forma, os operários tinham que fazer cotas para poder ter acesso à água potável, extraída de tonéis de ferro, sem cobertura, sem higiene e que servia também aos animais. Quanto à alimentação, era fornecida pelos barracões, sendo, na maioria das vezes, bem mais cara que na cidade. No final do mês era descontada do seu salário, já tão ínfimo.

Os patrões eram intransigentes, não facilitando em nada a vida dos trabalhadores. E não existia um diálogo entre as partes: patrão e operários. Como estes poderiam, então, buscar melhores condições de trabalho e de vida? E um salário mais digno? Era o momento de tentar unir forças: a organização sindical foi o caminho encontrado pelos “homens do sal”.

2 - A luta pela organização sindical

Mossoró, que viria a se tornar um polo de organização sindical no século XX, constituiu-se como cidade comercial na segunda metade do século XVIII, principalmente devido à sua localização, situada num espaço entre a economia do litoral (as oficinas de carne seca, o peixe e as atividades portuárias) e a economia do sertão (pecuária, algodão e peles). Passou então, a ser um empório comercial, polo de

convergência de toda a região oeste, que atraía, além de comerciantes de outras cidades e até mesmos de outros países, diferentes tipos de trabalhadores: operários de salinas, trabalhadores rurais que se ocupavam na extração e exploração da semente da oiticica, no beneficiamento da pele de animais e na extração da cera de carnaúba.²⁷

Em 1928, o empório comercial mossoroense entrou em crise devido a produção dos municípios do alto sertão, antes provedores do comércio mossoroense, estar sendo desviada para estados vizinhos.²⁸ Era preciso novos empreendimentos para sustentar a economia de Mossoró. Neste contexto, o crescimento da indústria salineira neste período surgiu como uma nova perspectiva para um ciclo de expansão, principalmente após as barreiras alfandegárias criadas para importação do sal. Este fator trará conseqüências para os trabalhadores das salinas. Como afirma FERREIRA:

“Como conseqüência direta desse reordenamento econômico, temos a concentração de um expressivo contingente de trabalhadores nas salinas. Diferentemente da pecuária ou do comércio, que demandavam escassa mão-de-obra, a produção do sal, desenvolvida de forma artesanal, de baixo teor tecnológico, com todas as tarefas manuais, dependia de numerosa força de trabalho para

²⁷ Ibidem. p. 44.

²⁸ SOUZA. 1989. p. 65.

sua realização.” (FERREIRA, 1986)

A presença destes trabalhadores, que eram submetidos às “leis” dos patrões e não tinham nenhuma garantia trabalhista, impulsionou-os a lutar por um bem comum, a organizar os primeiros núcleos sindicais das classes trabalhadoras de Mossoró, sob a direção do Partido Comunista, que neste período estava sendo organizado nesta cidade e influenciou sensivelmente o movimento operário dos homens das salinas.

“O primeiro sindicato dos operários em salinas deu início a um intenso processo associativista que envolveria as outras categorias locais e se ampliaria pelas cidades próximas. Primeiro sindicato que se formou em toda a região, os trabalhadores das mais diversas categorias enchem a sala, para ouvir os discursos de propaganda sindical dos salineiros e militantes do partido.” (FERREIRA, 1997)

Em Mossoró, o Partido Comunista do Brasil surgiu em 1928, com os irmãos Reginaldo²⁹, que anteriormente, em 1910, criaram a “Liga Operária”. Esta Sociedade criada com fins beneficentes, começou a defender a classe trabalhadora e a necessidade de melhores condições de vida, fazendo com que em pouco tempo os patrões a reprovassem. Com Raimundo Reginaldo à frente, a liga operária teve momentos áureos na sua existência, mantendo duas escolas, com 80 alunos cada, para filhos de trabalhadores. Tinha sede própria, uma biblioteca e um jornal : O Trabalhador.³⁰

O Partido, então, começou a organizar-se, buscando aglutinar operários. A atuação prioritária do Partido, após sua organização, foi à formação dos sindicatos. Além desta organização, foram responsáveis pela fundação da Associação das Mulheres Trabalhadoras de Mossoró, que visava congregar as mulheres das classes populares.³¹ Através da Associação, estas participavam do Partido. A diretoria era composta por Policárpia, Odete Maria do Nascimento (companheira de Joel Paulista) e Francisca Clara de Souza (companheira de Francisco Guilherme). Elas formavam comissões para fazer reivindicações junto ao Prefeito e, quando algum militante era preso, pressionavam o delegado para soltá-lo.

Segundo FERREIRA, o Partido conseguiu grande penetração entre a classe trabalhadora mossoroense, sendo o mesmo constituído principalmente pelos operários das salinas, que eram estimulados à luta sindical justamente pelas péssimas condições em que viviam. Desde sua origem, aliás, Partido e sindicato estiveram intrinsecamente ligados, já que os argumentos com os quais o Partido buscava atrair a

²⁹ FERREIRA. 1986. p. 97-98.

³⁰ Ibidem. p. 85-96.

³¹ Ibidem. p. 107.

população, bem como seu objetivo inicial, estavam relacionados à organização trabalhista.³²

A primeira célula que viria a formar o Sindicato do Garrancho foi a Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal, criada em 1931, com orientação direta do Partido Comunista. A Diretoria Provisória eleita tinha Manuel Torquato na presidência, que iniciou o trabalho de organização da categoria.³³ Aos poucos, os operários começaram a aderir e a ouvir os salineiros e intelectuais do partido que explanavam sobre a necessidade de união dos trabalhadores, a possibilidade de uma vida melhor e sem injustiças. Planos eram elaborados e problemas eram discutidos, com o intuito de procurar alternativas para diminuir a miséria na qual aqueles trabalhadores se encontravam.

Nos anos de 1930, a conjuntura política do Brasil estava em plena ebulição, sob os efeitos da Revolução de 30 para a sociedade brasileira e, sobretudo, para os trabalhadores que, confiantes, depositaram todas suas esperanças no novo governo que assumia e nas suas propostas. Este criou o Ministério do Trabalho e, posteriormente, instituiu o Decreto de Sindicalização, forçando as associações a enviarem sua documentação para obter a Carta Sindical e serem reconhecidas legalmente.³⁴ O governo queria o atrelamento dos sindicatos ao Estado, para melhor controlá-los e manipulá-los. No entanto, os sindicatos liderados pelo Partido Comunista não se dispunham a submeter-se à burocracia estatal. Como afirma FERREIRA:

“mesmo num quadro de reacomodação, desde logo os trabalha-

³² Ibidem. p. 115-118.

³³ Ibidem. p. 121-122.

³⁴ Decreto nº19.770, de 19 de março de 1931, criado pelo Ministério do Trabalho do Governo Vargas. Veja-se: FERREIRA. 1986 . p. 30.

dores influenciados pelo PCB se manifestaram contrários à legislação sindical. O meio sindical norte-riograndense seria polarizado entre cafeístas e comunistas. Contudo, no início não se percebem disputas ou debates entre as duas concepções. As diferenças começariam a surgir à medida que as iniciativas dos trabalhadores foram entrando em confronto com os limites colocados pelos responsáveis pelo cumprimento da lei sindical.” (FERREIRA,1986)

De acordo com FERREIRA, a proposta inicial do Sindicato dos Trabalhadores do Sal era manter-se fora do atrelamento ao Ministério do Trabalho. Mas os trabalhadores discordaram, pois temiam que, com o seu não enquadramento às leis do Ministério do Trabalho, suas reivindicações não fossem atendidas. Foi criado, então, o Sindicato do Garrancho.

“Os patrões reprimiam porque era ilegal e ao mesmo tempo impediam sua legalização. Criavam obstáculos à legalização. Tanto assim , que ao mesmo tempo que se reuniam clandestinamente”(os

componentes do Sindicato) “*tentavam obter o registro da associação como estava previsto na legislação.*”(FERREIRA, 1986)

A organização dos trabalhadores possibilitou que os mesmos iniciassem greves isoladas ou abandonassem o trabalho como forma de luta. Foi somente a partir de 1932, orientada pelo partido, que se deflagrou a primeira greve geral que atingiu todas as salinas. À frente estavam os irmãos Reginaldo, Manoel Torquato, Alcides Ferreira, João Crisósteno e Oscar Ferreira. As principais reivindicações eram aumento salarial e a regulamentação das medidas para definir o alqueire de sal.³⁵ Com alguns ganhos obtidos, sentiram como era importante a sua capacidade de mobilização no enfrentamento aos patrões.

A segunda greve geral foi deflagrada em 1934. Os trabalhadores exigiam o aumento do alqueire do sal, transporte pela empresa, água gratuita para beber e seguro em caso de acidentes. Desta vez, procuraram a aliança com outras categorias. E, assim, houve paralisação nas atividades dos eletricitários, ferroviários, padeiros, construção civil e estivadores, dentre outros. Diante deste quadro, os patrões fizeram um acordo e aumentaram em 100% o alqueire do sal. Este fato representou uma vitória para os trabalhadores. O Sindicato ficou fortalecido e a classe trabalhadora mais unida.³⁶

No ano de 1935, Joel Paulista, que na época era o Presidente do Sindicato, foi preso. E, mais uma vez, os trabalhadores entraram em greve, dirigindo-se cerca de 300 deles à cadeia, com o objetivo de sol-

³⁵ Os patrões definiram o alqueire de sal como sendo o correspondente a 36 cuias de 07 litros, quando deveriam ser 32 cuias de 05 litros. FERREIRA. 1986. p. 170.

³⁶ FERREIRA. 1986. p. 171.

tá-lo. Saíram vitoriosos, embora Joel Paulista tenha sido novamente preso, por duas vezes, e enviado à Natal.

Estas greves foram, cada vez mais, reprimidas até a derrocada final com o levante comunista em Natal, que implicou no desmoronamento completo da organização dos trabalhadores em seus sindicatos.

Em 1935, Rafael Fernandes é eleito governador do estado, após uma das mais conturbadas e violentas campanhas que o Rio Grande do Norte já presenciou. Neste período ocorreram várias mortes no interior do Estado, sendo necessária a intervenção do Tribunal Superior Eleitoral para divulgar o resultado final das eleições, o que somente ocorreu no mês de outubro de 1935. Fernandes, mossoroense, dono de salinas e representante das forças políticas conservadora, promoveu intensa perseguição a seus opositores. Os comunistas eram o alvo principal. No entanto, mesmo os que não se enquadravam nesta categoria eram acusados de comunistas, sofrendo, assim, intensa perseguição. Neste contexto, a situação dos operários sindicalizados ficou ainda mais difícil. Frente à repressão, à perseguição intensa, os trabalhadores militantes tiveram que passar para a clandestinidade.

Numa reunião realizada em meados de 1935, na casa do militante e sindicalista Francisco Guilherme, os intelectuais do partido e os salineiros tentaram resolver a situação de mais de 30 homens que estavam sob rigorosa perseguição do governo devido suas atividades no Sindicato. É nesta ocasião que a proposta de uma guerrilha é lançada. Tal proposta, embora não fosse uma idéia agradável à direção do Partido, foi a alternativa de defesa e resistência adotada.

Sobre a repressão aplicada àqueles que estavam envolvidos com os sindicatos, e algumas formas de reação destes, assim se expressa FERREIRA:

“O governo queria dar uma lição ao movimento sindical que servisse como exemplo e desencoraja-se qualquer tipo de organização. Já havia por esta época, entre os trabalhadores, alguma experiência acumulada de defesa pessoal. Desde o início do movimento, constantes incidentes haviam mostrado a necessidade de se organizarem com essa finalidade. Dai nasceram os grupos de auto-defesa que reúnem os trabalhadores mais fortes e mais experientes. Quando ocorria - e era freqüente - de algum operário ser molestado pela polícia, sofrer algum constrangimento físico, eram esses grupos os responsáveis pela defesa do companheiro, o que várias vezes os obrigava a confrontos armados com as forças repressivas.”(FERREIRA; 1986)

Aqueles que atuavam no movimento sindical acreditavam que haveria uma revolução de caráter comunista no país, e que a fundação da Aliança Nacional Libertadora representava o início deste movimen-

to. É sob esta expectativa que se manteriam na clandestinidade até o último momento, que para os mesmos estava próximo.³⁷

Como conheciam bem a região, os guerrilheiros se locomoviam entre Mossoró, Areia Branca e Açú. Contavam com armas para se defender, doadas por simpatizantes, entre eles os cafeístas e os liberais.

Mas, as notícias sobre a guerrilha chegaram até o Interventor do Estado, e imediatamente foram enviadas tropas para combatê-la. Ocorreram alguns confrontos entre a polícia local e os guerrilheiros, estes sempre levando vantagem e conseguindo escapar ao cerco.

Paralelamente a esses acontecimentos, ocorre em Natal, em novembro de 1935, a Insurreição Comunista, que correspondeu a um levante precipitado cujos membros estavam articulados a um movimento maior, organizado pelo Partido Comunista.

Os comunistas constituíram uma Junta Revolucionária em Natal e ficaram no poder por três dias.³⁸ Tentaram expandir o levante para o interior do estado, com caravanas que iam nomeando novos prefeitos nas cidades que passavam. No entanto, foram derrotados pelas forças legalistas.³⁹

Em Mossoró, apesar da mobilização de alguns setores das Forças Armadas, da organização de trabalhadores ligados ao Partido Comunista, ou mesmo pela própria existência dos guerrilheiros, predis-

³⁷ Ibidem. 1986. p. 182-183.

³⁸ Comitê Popular Revolucionário - instalado na Vila Cincinato. José Praxedes, sapateiro, Secretário de Abastecimento e Virtual Presidente da Junta; Lauro Cortês Lago, funcionário da polícia civil, Secretário do Interior; Quintino Clementina de Barros, sargento músico 21º BC, Secretário da Defesa; José Macedo, tesoureiro dos Correios e Telégrafos, Secretário das Finanças; e João Batista Galvão, Secretário do Ateneu, Secretário da Aviação (FERREIRA. 1986. p. 196.).

³⁹ FERREIRA. 1986. p. 196.

postos a lutar por uma causa comunista, o levante de 35 não teve projeção.⁴⁰

Apesar de seu fracasso em Natal, ou de sequer ter conseguido estender-se até Mossoró, esse levante repercutiria drasticamente nesta cidade. Ele concorreria para o desmantelamento da organização sindical e para uma perseguição mais intensificada não só daqueles que estavam ligados a este sindicato, mas também dos que de alguma forma podiam ser enquadrado entre os comunistas.

O sincronismo entre a Insurreição Comunista e a guerrilha desencadeada em Mossoró, interpretado pelo governo como parte de uma mesma articulação comunista, viria servir, assim, de justificativa à repressão anticomunista que se aplacaria sobremaneira a partir de então.

“O fracasso do levante de novembro ofereceu, enfim, o pretexto que os proprietários ansiavam para arrasar com os sindicatos. À acusação de implicação no movimento comunista, seguiu-se a mais violenta repressão sobre a atividade sindical e seus agentes. Fecharam o sindicato e apreenderam todo o material existente, como mesa, cadeiras, máquinas de escrever, etc. Toda a diretoria do sindicato foi presa.”(FERREIRA, 1986)

⁴⁰ Ibidem. p. 196.

Neste contexto, a guerrilha não teve mais como resistir, ao mesmo tempo não havia mais esperanças dos guerrilheiros voltarem à legalidade. A partir de então, ficou decidida a fuga aos estados vizinhos, de forma a escaparem da repressão. Alguns conseguiram, outros foram mortos. Entre estes, houve um episódio marcante de traição: a morte de Manoel Torquato, líder nato, homem que participou de todas as lutas dos trabalhadores das salinas, e que foi assassinado por seu próprio companheiro Feliciano, em quem confiava.⁴¹

Uma verdadeira “caça as bruxas”, iniciou-se após a derrota do levante. Mesmo aqueles que não faziam parte do Sindicato do Garrancho, como cafeístas e partidários da Aliança Liberal, foram perseguidos. Mas, nada foi comparado à perseguição empreendida aos sindicalistas. A maioria destes foram presos e transferidos para a Ilha Grande, no Rio de Janeiro, como Francisco Guilherme, Jonas Reginaldo, Joel Paulista, Anastácio Lopes, Antonio Reginaldo, Marcelino, entre outros.

O sindicato estava mudo. Tendo os patrões mais uma vez vencido.⁴²

Mais um capítulo se fechou assim na vida destes homens. Homens que acreditavam um dia voltarem vitoriosos, ter o seu lugar ao sol e ver seus filhos crescerem como cidadãos dignos. Homens que lutaram por um ideal, mesmo quando este parecia difícil de alcançar.

⁴¹ Ibidem. p. 207.

⁴² Somente em 1946 o sindicato conseguiria o reconhecimento como entidade e poderia reiniciar suas lutas. (FERREIRA. 1986. p. 130.)

III - O DEPOIMENTO DE UM SINDICALISTA:

O HOMEM E A LUTA

Francisco Guilherme de Souza, memória viva e personagem expressiva no tocante ao processo de luta dos trabalhadores das salinas em Mossoró nasceu nesta cidade a 19 de outubro de 1910. Primogênito de uma família de pobres agricultores, filho de Ricardo Guilherme de Lima e Maria Francisca de Souza. Segundo ele, nasceu...

“Num belo dia, o sol surgira cor de ouro, iluminando aquela linda paisagem, a passarada saía de seus ninhos sacudindo as asas e cantando alegremente, cada um no seu ritmo.”

Logo cedo aos doze anos este menino iniciava seu primeiro trabalho como carregador de água. Em 1926, com apenas dezesseis anos, Souza passa a integrar a grande massa de trabalhadores do sal. A partir de então, experimentaria não só a sacrificada e injusta labuta a que eram submetidos aqueles trabalhadores, mas também agruras próprias de quem participou ativamente da luta trabalhista em meio a um contexto histórico marcado pela repressão política e ideológica definida pela Primeira República brasileira.

Segundo SOUZA, durante os anos de 1928 à 1929 dividia suas atividades entre as salinas e a agricultura. Em 1932 casa-se com Francisca Clara de Souza, mulher forte e companheira, e que mais tarde seria uma das fundadoras da Associação de Mulheres Trabalhadoras

de Mossoró, precursora nas lutas feministas na cidade de Mossoró. Junto a ela, construiu toda uma vida, criando oito filhos⁴³, com muito sacrifício, honestidade e dignidade.

A organização dos trabalhadores no Rio Grande do Norte, como foi dito em capítulo anterior, se deu principalmente nas cidades portuárias, em função da fácil circulação de novas idéias nessas áreas de grande fluxo de pessoas de diferentes regiões.

No que se refere à Mossoró, especificamente, essa organização esteve não apenas ligada ao contínuo fluxo de idéias a que podiam ter contato seus trabalhadores, mas especialmente em função das péssimas condições de trabalho, das relações repressoras e exploradoras a que estavam submetidos aqueles.

Referindo-se aos motivos que levaram à formação do sindicato dos trabalhadores do sal, assim se expressa Souza:

“O sindicato surgiu porque os trabalhadores eram muito explorados, e mesmo o modo de habitação nas salinas era muito difícil, era muito ruim. É tanto, que a água era em tonéis de ferro, cheios de ferrugem, e no meio do sol a gente tomava aquela água”.

⁴³ O casal teve 16 (dezesseis) filhos, mas devido a sua difícil situação social e econômica apenas 08 (oito) sobreviveram. Nomes dos filhos em ordem cronológica: *Ozias de Souza Lima (1933)*, *Oci de Souza Lima (1937)*, *Ocimar Alcântara de Souza (1938)*, *Ormiza Clara de Souza Alves (1944)*, *Ozires de Souza Lima (1947)*, *Oziel de Souza Lima (1951)*, *Ormezinda Clara de Souza Rêgo (1953)* e *Onildo de Souza Lima (1956)*.

“Os animais eram soltos naquela área e bebiam água nos tonéis. E quando a gente reclamava que os animais estavam bebendo nossa água, os feitores diziam que eles tinham era nojo que os cavalos deles bebessem água com a gente.”

“[...] Para chegar até as salinas percorríamos três a nove léguas a pé”⁴⁴

“[...] A noite era escura, dentro dos ranchos, naqueles barracões comunitários... Sem as paredes laterais, sujeito ao vento e a chuva. O piso era de barro salgado, quando o dia amanhecia dentro do barracão, estava um verdadeiro lamaçal.”⁴⁵

Com essas breves palavras, que retrata um pouco do cotidiano do trabalho nas salinas, observamos que além das atividades salineiras se efetuarem em condições precárias, de forma exploradora, havia também algo de indignidade na forma pela qual os salineiros eram tratados. É o que verificamos na fala de Souza quando o mesmo mencio-

⁴⁴ SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

⁴⁵ SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

na os comentários dos feitores. Ali, os trabalhadores são apresentados como algo inferior a um animal.

Observando como se caracterizavam as relações de trabalho dentro da hierarquia das salinas, consideremos as seguintes palavras:

“O feitor era o elemento chave do patrão, e tinha o poder de colocar e demitir operário. Era uma verdadeira escravidão”.

“[...] Os feitores íam para as salinas em animais, enquanto que nós, trabalhadores, íamos a pé”⁴⁶

Utilizando o próprio significado que Souza dá ao termo “feitor” na sua concepção “um nome antigo, que vinha da época da escravidão” ainda que ali não se verificassem relações tipicamente escravagista, no que diz respeito ao trabalho não remunerado, sobretudo, podemos inferir que a imagem dos trabalhadores das salinas em relação aos feitores - a forma como eram tratados por estes, bem como o poder de mando que os mesmos tinham, guarda alguns traços das relações observadas entre feitores e escravos no sistema escravista.

Outra situação muito presente na atividade salineira, freqüente nas reclamações, e alvo das reivindicações grevistas que se efetuariam por meio do Sindicato, corresponde ao fato dos próprios trabalhadores terem que, de um lado, arcar com a compra de algumas de suas

⁴⁶ SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

ferramentas de trabalho, e, de outro, com os prejuízos advindos da não manutenção/limpeza das ferramentas de trabalho.

“[...] A ferramenta de trabalho era dada por nós, era retirada do salário.”

“A cuia era uma medida que foi usada por muito tempo; hoje não, tudo é no peso.[...] A cuia era pra ser cinco litros, mas nas salinas botavam 7 litros porque era para tirar os descontos dos serrotes, que ficavam sob o relento, levando sol, chuva e sereno. Nisso havia um desgaste.⁴⁷ E eles” (os patrões) “queriam tirar o prejuízo na gente. E tiravam, porque a gente não tinha a quem recorrer.”

Num período em que as leis trabalhistas inexistiam, ou posteriormente, quando passaram a existir mas raramente foram postas efetivamente em prática, do empregador eram destituídas certas obrigações. Neste sentido, considerando-se os trabalhadores das salinas, os

⁴⁷ À medida que os serrotes ficavam expostos, eles oxidavam-se. O resíduo da oxidação sujava o sal no contato deste com os serrotes. Assim, os trabalhadores tinham que colher mais sal para compensar o montante que fora sujo e perdido. SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista citada.

mesmos tinham que se submeter às condições impostas de trabalho (seja ao nível da condição das ferramentas e das instalações, do salário, ou mesmo das formas de relação entre as diversas hierarquias que compunha a empresa), pois ou faltava-lhes aparato legal, ou possibilidades de fazer valer realmente seus direitos quando os mesmos existiam teoricamente.

Sob o contexto de trabalho percorrido anteriormente, os trabalhadores das salinas mossoroense tinham, portanto, motivos imperativos para tentarem organizar sua luta trabalhista.

A origem da luta dos trabalhadores do sal em Mossoró está ligada a criação da Liga Operária, em 1910, que era uma sociedade com fins beneficentes e que tentava defender interesses de diferentes categorias de trabalhadores daquela cidade.

Uma organização especificamente voltada aos interesses dos trabalhadores das salinas surgiu em 1931, e denominava-se Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal. Quando as mobilizações dos trabalhadores do sal passa a incomodar os proprietários das salinas, aquela associação passa, então, a ser definida como Sindicato do Garrancho; isto porque, com as perseguições policiais aplacadas, as reuniões passaram a ser realizadas secretamente nas matas.

Com relação à denominação “garrancho”, diz Souza:

“ Garrancho era porque a gente se reunia no mato, no lugar onde a mata era mais intensa. E a gente ia para o mato porque não podia se reunir que a polícia prendia. A gente tinha condições de alugar um prédio para servir de sede pa-

ra reuniões do sindicato. Mas era humanamente impossível, porque a polícia não deixava. A polícia prendia, espancava e fazia toda sorte de arbitrariedade.”⁴⁸

A repressão exercida sobre os sindicalistas, também mencionada nas linhas acima, foi uma constante; desde suas primeiras manifestações, em que as formas de ação e reivindicações eram ainda muito tímidas, até o momento em que as ações tomam o formato de luta armada.

A repressão aplicada ao movimento dos trabalhadores das salinas tornou-se mais intensa a partir das mobilizações em forma de greves. Essas greves, que inicialmente englobam reivindicações de caráter econômico, à medida que proporcionalmente o movimento sindical e a repressão avançam, passam a pleitear a própria liberdade de ação dos sindicalista.

Sobre essa questão, propõe FERREIRA:

“As últimas greves dos salineiros nos primeiros meses de 35, foram mais violentamente reprimidas. Por um lado, porque os pleitos já não eram explicitamente econômicos, como aumento salarial, reivindicavam agora, a liberdade do

⁴⁸ SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

companheiro preso, o que, em última instância significava reivindicar a própria liberdade da classe de se organizar, de se mobilizar, de se assumir enquanto classe.”(FERREIRA, 1986)

À medida que o cerco repressivo se intensificava, os mecanismos de resistência do movimento sindical também iam se radicalizando.

Em 1935, por exemplo, após a posse de Rafael Fernandes, a repressão dos poderes políticos que até então se efetuava de forma isolada, passa a ser mais organizada, articulada a nível estadual, e tinha objetivos de suprimir por completo o movimento sindical.

A esse respeito, discorre Ferreira:

“A partir daí, para o governo já não se tratava mais de tentar conciliar o conflito e sim de resolvê-lo a partir da destruição pura e simples da organização dos trabalhadores e para vencer esta guerra todas as armas seriam válidas.”(FERREIRA,1986)

Numa contra-reação a essa intensa repressão que lhes fora aplicada, o movimento sindical parte para a luta armada, para a resistência em forma de guerrilha.

Quanto aos motivos que levam representantes do Sindicato a optar pela luta armada, discorre SOUZA:

“A guerrilha surgiu devido ao grande número de companheiros do Partido que estavam na ilegalidade, perseguidos pela polícia.[...] Nós não éramos bandidos, não éramos cangaceiros, não assaltávamos, não depredávamos, não desrespeitávamos ninguém.”⁴⁹

Mas além da guerrilha corresponder a uma forma de resistência à repressão que lhes era imposta, de certa forma, também expressou uma alternativa estratégica, um meio para que aqueles que defendiam a causa comunista pudessem, oportunamente, lutar por ela, já que acreditavam que uma revolução desse caráter estava por vir.

Neste âmbito, Ferreira também faz algumas colocações:

“ A guerrilha foi formada a partir de duas condições: em primeiro

⁴⁹ SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

lugar acreditava-se que haveria uma revolução no país, que seria de caráter comunista e que a fundação da Aliança Nacional Libertadora já era o início deste movimento. Essa avaliação serviu de esteio para os clandestinos - e aí está a segunda condição.”(FERREIRA, 1986)

Essa simpatia dos componentes do sindicato em relação ao comunismo expressa acima, era verdadeira. Desde sua origem, o Sindicato esteve diretamente ligada à atuação do Partido Comunista, fundado em 1928 e que teve como principais articuladores os irmãos Reginaldo, exatamente aqueles que também articularam a criação da Liga Operária, iniciadora da organização dos trabalhadores em Mossoró.

O sindicato dos trabalhadores do sal e o Partido Comunista estiveram intimamente ligados. Na realidade, um era extensão do outro, não sendo possível definir quais eram as esferas de ação de ambos separadamente.

Essa íntima relação fica bastante evidenciada na fala de Souza, quando expõe sobre sua adesão ao sindicato:

SOUZA. citado por FERREIRA (1986) diz: “Entrei para o sindicato em 1932, por intermédio do Partido. Porque eu pouco me interessava. Quando eu entrei para o partido em 1931, aí em reunião

disseram: todos os comunistas têm que fazer parte do sindicato, porque a força do sindicato é o partido. Então, obedecendo à palavra de ordem do Partido, entrei para o sindicato, não fiz nenhuma objeção.”

Ratificando essa relação, SOUZA continua:

“Quando a gente saía da reunião do Partido, ficava com a incumbência de cada um levar um sócio a mais para o Sindicato. Na outra reunião, sempre era semanal, ficava cada um com a incumbência de recrutar mais um elemento para o Partido, e assim por diante(...)”⁵⁰

Aquela “revolução comunista” pronunciada e aguardada pelos guerrilheiros anunciar-se-ia em Natal, através do Levante de 35. Apesar da relativa proximidade entre Mossoró e aquela cidade, ou mesmo que os próprios guerrilheiros tenham permanecido embrenhados nas matas, na expectativa por uma luta revolucionária mesmo após fortes

⁵⁰ SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

confrontos firmados com as forças repressivas da guerrilha, o Levante de 35 não surtiu efeito em Mossoró, ao menos no sentido de uma propagação insurrecional.

Apesar do Levante de 35 não ter incitado efetivamente Mossoró a uma rebelião, SOUZA é claro a respeito de uma relação direta entre guerrilheiros/sindicalistas/comunistas mossoroenses (neste contexto estas categorias se confundem) e um “ movimento revolucionário” maior, de ampla articulação. Sobre como o levante seria acionado em Mossoró, diz:

“Justamente viria em completa ligação com a turma de Natal, com o Comitê Regional. Aguardamos toda hora a senha que justamente daria o sim ou o não; isto pelo rádio, porque não havia televisão nesse tempo. A senha era o seguinte: para atacar, “mamãe está boa”; se fosse ao contrário, “Zeca baixou o hospital”. Naquela praça do correio ficamos aglomerado, esperando, porque eles tinham dito que o dia era 24.”⁵¹

A identificação entre Sindicato e Partido, sindicalistas e comunistas, evidente no desenvolvimento de ambos em Mossoró, torna-se, sobretudo após o Levante de 35 em Natal, o ponto de apoio da opo-

⁵¹ SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

sição reacionária, no sentido de suprimir por completo as atividades daqueles organismos tão intrinsecamente ligados.

Assim, a partir de 35, a perseguição aos “comunistas” termo que indistintamente poderia ser atribuído aos sindicalistas, concorreu para uma gradativa supressão das atividades do Sindicato do Garrancho, sobretudo pela prisão e afastamento de seus principais representantes e articuladores da luta sindical.

Mas se não foi possível, em termos de rebelião, perceber a propagação do Levante de 35 de Natal para Mossoró, em termos de repressão, o que foi aplicado aos “comunistas” em Natal ou no Brasil como um todo após aquele levante, logo e intensamente se fez sentir em Mossoró.

Francisco Guilherme de Souza, de cuja fala estamos discorrendo sobre algumas questões que compreenderam o Sindicato do Garrancho, foi, entre tantos outros personagens daquele período histórico, alvo da repressão aplicada aos ditos “comunistas”. No cerco repressivo imposto aos sindicalistas mossoroenses após o Levante de 35, Souza foi preso e enviado para o Rio de Janeiro, ficando dois meses detido numa delegacia e, posteriormente, transferido para a Colônia Correccional Dois Rios, na Ilha Grande. Neste presídio, esteve detido por seis meses e quatorze dias.

Sobre a sua chegada naquele presídio, comenta:

“Ao desembarcar na dita colônia, fomos recebidos sob a ameaça de chibata e facões rabo-de-galo; em seguida, pelados a cabeça “a zero”, alojados nos barracões cobertos de zinco e de piso de barro, numa área de 75m² onde foram

*alojados 700 (setecentos) presos.”*⁵²

De acordo com SOUZA, ao chegar na Colônia todos cantavam o Hino da Internacional Comunista, num ato de coragem e determinação. Mesmo passados tantos anos, SOUZA ainda guarda vivo na sua memória e emociona-se ao lembrar daquele momento.

O Diretor da Colônia chamava-se Vitório Canepa, italiano, cedido pelo governo do seu país ao Brasil. Segundo SOUZA, Canepa era um especialista em torturar presos políticos. Havia nesta Colônia presos políticos e presos comuns, num total de 1500 (mil e quinhentos) homens. Eram mal alimentados, trabalhavam forçados sem nenhuma remuneração e ainda sofria maus tratos com palavras obscenas, e castigos, principalmente aqueles que se manifestavam contra esta forma de tratamento.

Quanto a Francisco Guilherme, dois fatores amenizaram este período tenebroso: saber ler e ter um porte franzino, sendo confundido com um adolescente de 18 (dezoito) anos. Passa então a ser o encarregado da Lavanderia. A mesma sorte não tiveram 33 (trinta e três) companheiros do Rio Grande do Norte, que segundo SOUZA, ficaram enterrados na “*Colônia do Inferno*.”

Permaneceu na Ilha Grande até julho de 1937, quando foi julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional, sendo condenado a cumprir 02 (dois) anos de prisão e trabalho forçado na cidade de Mossoró, local onde residiam seus familiares. Em 1938, quando cumpria prisão em regime semi-aberto, trabalhou como Guarda de Higiene, no serviço de Febre Amarela. Por ser comunista, foi demitido devido a boatos

⁵² SOUZA, Francisco Guilherme, entrevista à autora. Mossoró, 26/12/1998.

sobre a II Internacional Comunista e a tentativa de inserir “espiões” nas repartições públicas, no intuito de obter informações.

Ao retornar definitivamente a liberdade, voltou às salinas e presenciou um quadro de lamúrias, injustiças sociais e perseguição aos trabalhadores.

Francisco Guilherme trabalhava nas salinas quando teve início a Segunda Guerra Mundial. Esta dificultou mais ainda a situação dos “*trabalhadores do sal*”, pois com o torpedeamento de navios brasileiros, por submarinos alemães, a exportação do sal tornou-se inviável, trazendo como conseqüência o desemprego de milhares de trabalhadores. Naquele momento muitos homens foram para o Amazonas, através do SEMITA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores Para o Amazonas), em busca de emprego na produção da borracha. Francisco Guilherme também estava disposto a seguir este destino, não o concretizando devido a sua família. Passou então a trabalhar de pescador e posteriormente de carroceiro. Na época o transporte mais utilizado eram as carroças puxadas a bois, pois os automóveis eram proibidos de trafegar devido à escassez de combustível, somente os carros oficiais trafegavam.

Durante alguns anos o sindicato esteve desativado. Só na década de 1940, que Francisco Guilherme junto a Joel Paulista, Feliciano Cardoso de Melo, João Crisóstomo da Silva e Antonio Tenório e através da ajuda do Bispo Dom Jaime de Barros Câmara, o movimento sindical foi reorganizado. Dom Jaime cedeu o Seminário para que fossem realizadas as reuniões do Sindicato, e mesmo existindo a repressão policial havia o “respeito” destes a Igreja Católica, dessa forma aquele local tornou-se seguro. O sindicato ficou sendo conhecido como “Sindicato do Bispo”. Quando foi decretada a Anistia em 1946, o Bispo entrega a diretoria do sindicato aos antigos membros do “Sindicato do Garrancho”.

Em 1946, Francisco Guilherme novamente tenta organizar o sindicato dos trabalhadores do sal, mas, percebeu que a situação tinha mudado, alguns dos companheiros foram para o Amazonas ou para o Sul do país, desestruturando os pilares do Sindicato que um dia tinha sido tão combativo. Frente a esta situação, ele e Antonio Tenório escreveram para o Delegado Regional do Trabalho Amílcar Cardone, pedindo que enviasse um assessor para dar apoio na reestruturação do Sindicato. Compareceu a solicitação o Sr. Lourival Chaves, que juntamente com Francisco Guilherme visitou as salinas, presenciando a grande liderança que este tinha perante os “*trabalhadores do sal*”. Diante deste quadro Lourival propôs a Francisco Guilherme presidir o Sindicato. Este não aceitou, já que tinha sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, portanto não poderia exercer um cargo eletivo. Lourival insistiu, propondo a Francisco Guilherme que pedisse um Atestado de Ideologia, repudiando o Partido Comunista. Mas, Francisco Guilherme, na sua integridade e ideal político negou-se se submeter a esta traição ao Partido e aos seus companheiros. Retornou ao Sindicato como Contínuo. Em outubro de 1946, foi dispensado o Atestado de Ideologia.

Assim, de 1946 a 1950, o antigo Sindicato do Garrancho passou a ser presidido pelo próprio Francisco Guilherme de Souza, que também assumiria sua Secretaria em mandato posterior, de 1950 a 1952, tendo renunciado, em 1953, devido a desentendimentos com a Diretoria, que não estava agindo conforme os preceitos do Sindicato. Neste período foi eleito vereador pela Câmara Municipal de Mossoró, exercendo este cargo por 08 (oito) anos. Dentre os Projetos de Leis que aprovou, destacam-se: a construção de uma estrada carroçável margeando as salinas, ligando a cidade de Mossoró a Grossos, beneficiando milhares de trabalhadores; Açudes; a BR 110, ligando a cidade de Areia Branca a Mossoró; linhas telefônicas para Areia Branca; entre

outros. Paralelamente ao cargo de vereador exerceu a profissão de motorista, de 1950 a 1972. Trafegando entre as cidades de Areia Branca, Caicó, e Mossoró, em carros denominados “mistos” (caminhão que transporta cargas e passageiros). Em 1973, mesmo aposentado pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), trabalhou como taxista até 1983.

IV- O SALINEIRO DOUTOR

Chico Guilherme faleceu a 13 de janeiro de 2001, aos 91 anos, vítima de complicações diabéticas e septicemia, deixando um profundo vazio naqueles que conheciam sua história de lutas, mas também a certeza que cumpriu sua missão, como homem, pai, companheiro, amigo, cidadão. Por toda sua vida, esteve em busca de uma sociedade mais justa e uma social-democracia no Brasil.

Permaneceu na sua casa repleta de lembranças até seus últimos dias, acolhendo a todos que ali o procurava. Contribuindo de sobremaneira para a história, com sua memória invejável, concedendo depoimentos e entrevistas a jornalistas, estudantes, professores, intelectuais ou não, que estavam em busca da palavra do sábio trabalhador. Sempre recebendo a todos com seu modo tranqüilo, sereno, de quem atravessou quase um século de vida e que presenciou e sofreu as agruras dos desmandos, mas também colheu frutos, através do reconhecimento da sua história. Nunca deixando de está sintonizado com o mundo, do que se passava ao seu redor, estando sempre atento às

transformações políticas e culturais que o país estava atravessando. Foi um eterno intelectual, lia de Karl Marx as notícias locais.

Curiosa foi a forma como ele se alfabetizou: seu pai, muito severo, não admitia que seus filhos soubessem ler, era mais importante o trabalho na agricultura, o sustento da família. Mas Chico, como menino prodígio, colocava a Cartilha do ABC embaixo do chapéu, e mesmo durante o trabalho na roça estava sempre estudando; começa então as suas primeiras leituras, que mais tarde lhe seriam muito útil durante o período que esteve preso.

Dentre as homenagens que lhe foram prestadas, se encontra a do MÉRITO PROLETÁRIO, concedida pelo Diretório Municipal do Partido Comunista Brasileiro da cidade de Mossoró/RN, a 21 de abril de 1988; recebendo, posteriormente, o diploma de reconhecimento de pioneiro da luta em defesa da Campanha O PETRÓLEO É NOSSO, entregue pelo Sindicato dos Petroleiros do RN, na cidade de Mossoró/RN, a 14 de fevereiro de 1995.

Por ocasião dos seus 90 anos, a 19 de outubro de 2000, recebe o título de Doutor “Honoris Causa”, concedido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através da proposição da professora Maria Ivonete Soares Coelho da Faculdade de Serviço Social-FASSO e o respaldo do Conselho Acadêmico Administrativo-CONSAD da Faculdade de Enfermagem-FAEN da cidade de Mossoró/RN. Na ocasião, o discurso de agradecimento foi proferido pelo seu filho Oziel de Souza Lima, médico, residente na cidade de Fortaleza-CE. Foi um momento impar na trajetória deste trabalhador, um momento que academia reconhece que faz parte de um contexto histórico em que homens, sindicalistas, comunistas nos deixam um legado nas lutas populares do povo mossoroense. Não poderia deixar de relatar o quão foi importante Chico Guilherme receber o título do Reitor José Walter da Fonseca, pois, naquele momento, não só estavam presentes

seus familiares, amigos, sindicalistas da cidade de Mossoró e professores da UERN, lá estavam também, personificados em Chico, aqueles homens e mulheres que vislumbraram dias mais dignos, que lutaram por uma sociedade mais justa.

Quando da comemoração dos 66 anos da Insurreição Comunista de 1935, na Câmara Municipal de Natal, por proposição do vereador e sindicalista George Câmara, do Partido Comunista do Brasil, Chico Guilherme recebeu homenagem, conjuntamente com os Srs. Francisco Meneleu dos Santos e Glicério Sátiro de Lucena (in memoriam), a 23 de novembro de 2001, onde foi representado por sua neta Meine Siomara Alcântara (autora deste livro); e a 10 de dezembro de 2001 recebe o VIII PRÊMIO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS, concedido aos militantes políticos históricos que participaram das Ligas Camponesas e do Movimento de 1935, dentre eles; Mery Medeiros, Pedro Simão Pereira, Floriano Bezerra de Araújo e Francisco Meneleu dos Santos. Durante este evento foi representado por seu filho Ozias de Souza Lima, médico residente em Limoeiro do Norte-CE.

Dentre os trabalhos acadêmicos que ressaltam os movimentos sindicais nos quais Chico Guilherme está inserido, destacam-se o da Dra. Brasília Carlos Ferreira (UFRN), Professor Homero Costa (UFRN), Professor José Antônio Spinelli (UFRN) e Professor Aécio Cândido (UERN), dentre outros.

Francisco Guilherme de Souza nos deixou um legado extraordinário, seu exemplo de vida, sua coerência política nos permite sentir os ventos que sopram no amanhã. Nunca deixou de ser um comunista, nunca deixou de persistir na busca de seu ideal, de uma sociedade mais justa, num país onde as mazelas se originam de uma desigualdade social inadmissível. Criou seus filhos, onde plantou em cada um, a semente de um mundo melhor. Durante uma conversa para saber do seu

passado político, perguntamos se ele faria tudo novamente, e, simplesmente na sua grande sabedoria, nos olhou e respondeu serenamente: “meus filhos, um ideal nunca morre!”

CONCLUSÃO

Como podemos observar, e utilizando as próprias palavras de Souza, “*o Partido nunca deixou de influenciar o Sindicato*”. Recuperando sua fala, fala de um personagem atuante no decorrer da história do Sindicato, percebemos que uma das características fundamentais do mesmo foi seu atrelamento ao Partido Comunista. Seria próprio dizer não só que o Partido delineou a história do Sindicato, mas que, em Mossoró, a luta dos trabalhadores do sal confundiu-se com a luta do próprio Partido Comunista, pelo menos até 1935. Como vimos é sob a atuação do Partido que as primeiras arregimentações e articulações dos trabalhadores do sal se efetuam, e é com a repressão intensificada deste mesmo partido que o Sindicato do Garrancho tem suas atividades paralisadas por um longo período após 1935. A história do Sindicato do Garrancho, portanto, no processo de desenvolvimento e paralisação de suas atividades, reflete os contornos da própria história do Partido Comunista de Mossoró.

Mossoró, cuja situação geográfica estratégica lhe conferiu, de um lado, o *status* de empório comercial, e, de outro, o de importante pólo de extração do sal, no século XX tornou-se também um centro de organização sindical.

O desenvolvimento da luta sindical em Mossoró é consequência, tanto do grande número de trabalhadores que a cidade concentrou através do tempo, seja no setor comercial ou a nível mesmo da indústria extrativista do sal e da cera de carnaúba, como das próprias condições de trabalho a que estavam submetidos seus trabalhadores.

A organização sindical mossoroense teve, em sua origem, uma mesma célula, A Liga Operária, criada em 1910. Uma organização voltada especificamente aos trabalhadores do sal só surgiria em 1931,

a Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal, cujo Sindicato do Garrancho foi sua extensão.

Se de um lado os trabalhadores do sal, em Mossoró, são atraídos à luta trabalhista em virtude, sobretudo, das difíceis e indignas condições de trabalho a que estavam submetidos, por outro, a preocupação em torno da organização das categorias trabalhadoras, por parte do Partido Comunista da cidade, foi fundamental para a mobilização daqueles trabalhadores. Na verdade, a prioridade desse partido, após sua criação em 1928, era formar os sindicatos. Assim, é o próprio partido que busca aglutinar os trabalhadores, direcionando suas lutas.

A organização dos trabalhadores permitiu que os mesmos iniciassem suas lutas na forma de greves. Nas primeiras mobilizações, as greves englobavam, em geral, reivindicações de caráter econômico, contudo, à medida que o próprio movimento crescia, e passava a incomodar, a ameaçar a “ordem” local, as reivindicações começam a ter um outro formato, pleiteia-se, então, a própria liberdade de ação dos sindicatos.

A amplitude que toma a luta dos trabalhadores do sal, essa reivindicação de liberdade de ação, por sua vez, está diretamente ligada a gradativa repressão que foi sendo imposta à atividade sindical.

O cerco repressivo que foi sendo imposto aos sindicalistas chegou a tal amplitude que, sentindo-se completamente imobilizados, apelam para a luta armada, para a guerrilha. Isto, por sua vez, concorrerá para uma tática repressiva, por parte das autoridades governamentais, cada vez mais intensificada.

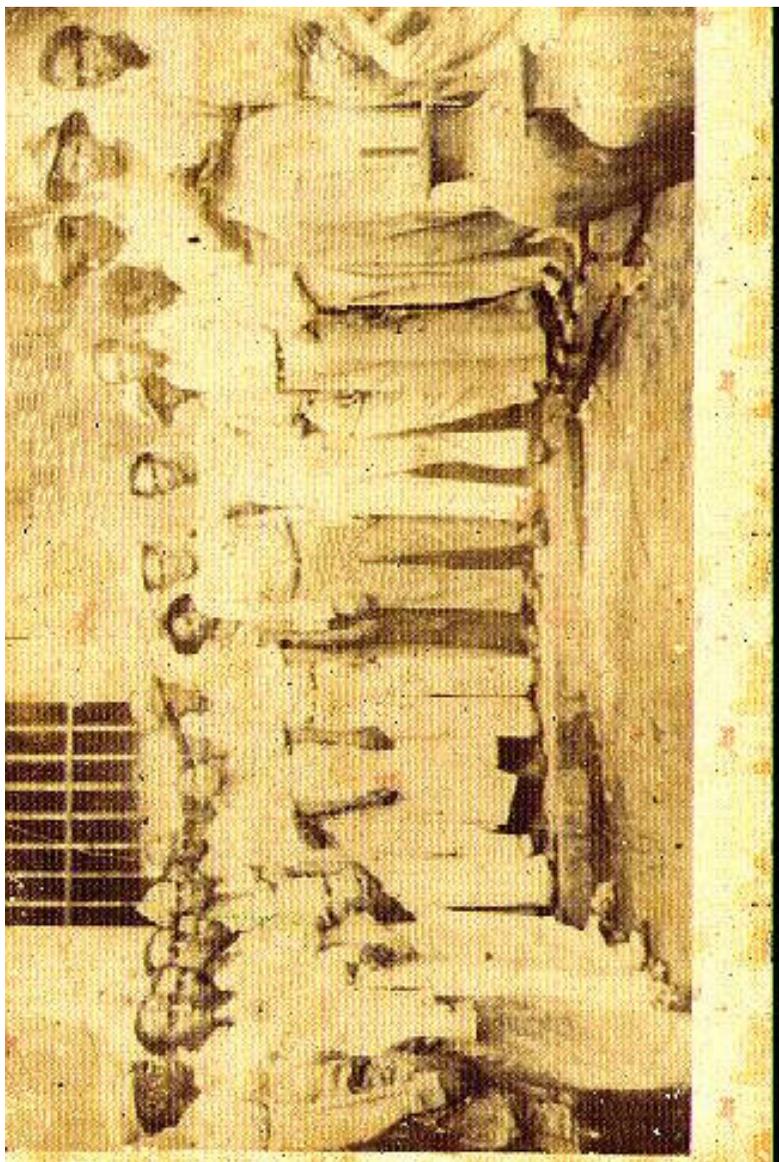
Isso é o que observamos, por exemplo, quando, em Natal, ocorre o Levante de 35. Com este episódio, as forças reacionárias passam a ter em mãos o pretexto, a justificativa ansiada para suprimir por completo a luta sindical, já que combater o comunismo significava

eliminar todos, indistintamente, que de uma forma ou de outra ameaçasse a ordem.

Em Mossoró, a ameaça comunista maior eram os sindicatos e o próprio Partido Comunista, cuja intrínseca relação esteve sempre evidente, a ponto de não percebermos, pelo menos até 1935, percursos distintos entre ambas as organizações. Sindicato e Partido confundiam-se, pois expressavam uma mesma luta, a luta por uma liberdade de organização.

**Carteira Profissional Nº 18.377, de 1946,
pertencente a Francisco Guilherme de Souza.**





Presos políticos e comuns na Cadeia Municipal de Mossoró/RN, entre eles Francisco Guilherme de Souza – setembro de 1936.



**Francisco Guilherme de Souza com a farda de
Guarda de Higiene, em 1938.**



Francisca Clara de Souza, esposa de Francisco Guilherme de Souza, participou da diretoria da Associação de Mulheres Trabalhadoras de Mossoró/RN

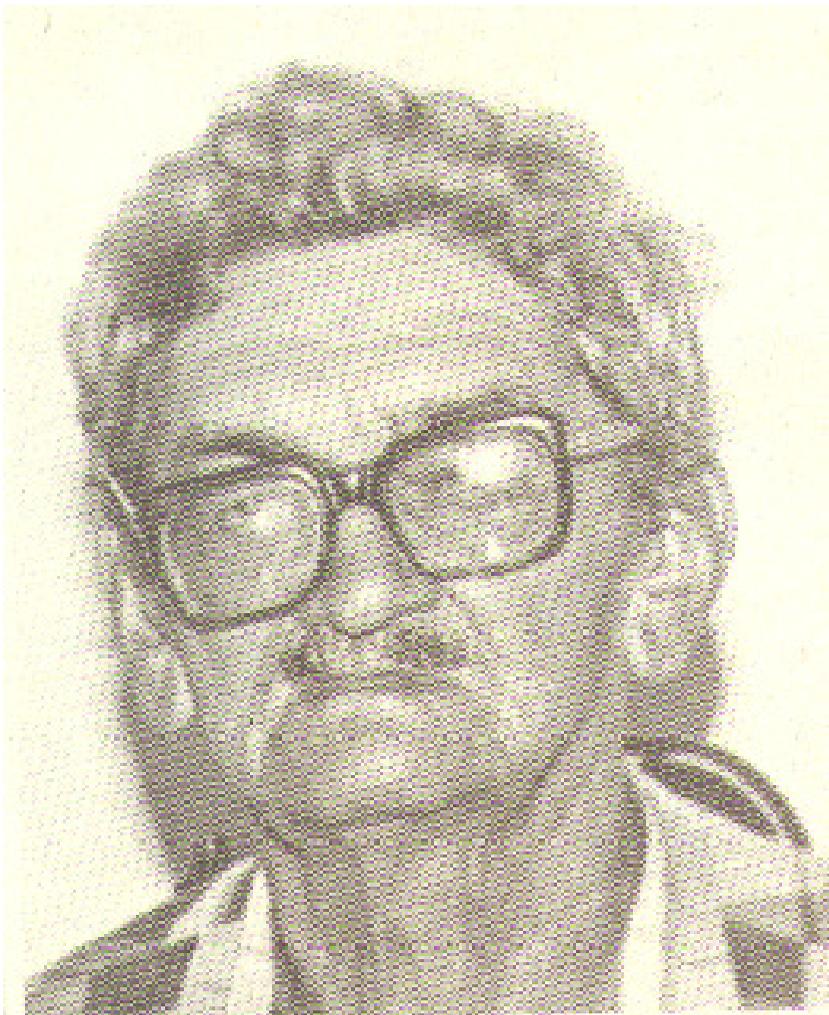
Relação dos implicados no movimento extremo- nista de 1935, neste Estado, condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, conforme mandados de prisão remetidos pelo desem- bargador Barros Barreto até o dia 30 de Novembro de 1938

NOMES	PENA	OBSERVAÇÕES
Antonio Inacio Pereira	6 anos 6 meses	Foragido
Antonio Bamba	2 a. 6 m.	Foragido
Antonio Mariano	6 a. 4 m.	Foragido
Antonio Batista da Costa	5 a. 4 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Antonio de Moraes Campelo	8 a.	Foragido
Antonio Florencio da Silva	6 a. 6 m.	Foragido
Antonio de Azevedo Mangabeira	1 a.	Foragido
Antonio Dionisio da Silva	5 a.	Foragido
Antonio Bernardo da Silva	6 a.	6 m.
Antonio Constantino	5 a.	Foragido
Antonio Justino de Andrade	5 a.	Foragido
Antonio Severino Alves	6 a. 6 m.	Foragido
Antonio Moreira de Fontes	1 a.	Rec. á Cadeia de L. Gomes
Amaro Magalhães da Silva	6 a. 6 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Amaro Pereira da Silva (sargento 21 B. C.)	6 a. 6 m.	Foragido
Amaro Potengi da Silva (sargento exercito)	6 a. 6 m.	Foragido
Antenor Cardoso dos Santos	3 a.	Foragido
Arari Silva	6 a. 6 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Aldices Washington Guerra	1 a.	Recolhido á Casa de Detenção
Aristides Felinto do Nascimento	4 a. 6 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Arnaldo José da Silva (ex-cabo da F. P.)	13 a.	6 m.
Afonso Magalhães da Silva	6 a. 6 m.	Foragido
Agostinho Campos	6 a. 6 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Austriclínio Vilarim	6 a. 6 m.	Foragido
Amelia Gomes Reginaldo	5 a.	Foragido
Bianor Leonidas de Oliveira	2 a. 6 m.	Foragido
Baltazar Melreles	1 a. 4 m.	Foragido
Barros (Sargento do 21 B. C.)	10 a.	Foragido
Basilio Revardo	6 a. 6 m.	Foragido
Clodaldo de Medeiros Penha	6 a. 6 m.	Foragido
Cicero Dantas	1 a. 4 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Cláudio de Moraes Coelho (Presidiario)	6 a. 6 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Carlos Vander Linden	2 a. 4 m.	Foragido
Candido Benedito	2 a.	Foragido
Dedé Medeiros	1 a.	Foragido
Eufrasio Pedro Ferreira	5 a.	Recolhido á Casa de Detenção
Epifanio Guilherme de Oliveira	39 a. 6 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Eliziel Diniz Henriques (ex-sargento 21 B. C.)	14 a. 5 m.	Foragido
Estevam Juvenal Guerra (ex-cabo 21 B. C.)	8 a.	Foragido
Euelces Gomes	6 a. 6 m.	Foragido
Estolano Melreles	8 a. 10 m.	Foragido
Eraldo Aires da Cunha	2 a. 6 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Enedino Gregorio do Nascimento	5 a.	Foragido
Francisco Inacio de Melo	5 a.	Recolhido á Cadeia de Mossoró
Francisco Meneu dos Santos	6 a. 6 m.	Rec. á Cadeia de L. Gomes
Francisco Costa	10 a. 6 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Francisco Rodrigues do Nascimento	5 a.	Recolhido á Casa de Detenção
Francisco Brás Leopoldo	5 a.	Foragido
Francisco Rodrigues Torres	5 a.	Foragido
Francisco Raimundo	2 a. 6 m.	Recolhido á Cadeia de Mossoró
Francisco Guilherme de Sousa	2 a.	Foragido
Francisco Gato	2 a.	Foragido
Francisco André de Lima	5 a.	Recolhido a cadeia de Caicó
Francisco Moreira	7 a. 6 m.	Rec. á Cadeia de L. Gomes
Francisco Eustacio Leite	1 a. 9 m.	Foragido
Floriano Saraiva de Moura	5 a.	Recolhido á Cadeia de Mossoró
Feliciano Pereira de Sousa	5 a.	Foragido
Geonildo Alves Dias (ex-cabo do 21 B. C.)	14 a. 6 m.	Recolhido á Casa de Detenção
Guariguazil de Carvalho	15 a.	Foragido
Geraldo Pegado da Silva	8 a.	Recolhido á Casa de Detenção
Gastão Nunes	5 a.	Foragido
Glicerio Reginaldo da Rocha (presidiario)	2 a.	Foragido
Gilberto (Mossoró)	2 a.	Foragido
Guilherme Barros de Oliveira	6 a. 6 m.	Foragido
Gaspar Martins Praça	4 a. 4 m.	Foragido
Hemerio Casuto de Sousa	8 a.	Foragido
Henrique Fialho	1 a. 4 m.	Recolhido á Cadeia de Mossoró

Parte do Jornal A República, de 01/12/1938, com a relação dos implicados no Movimento Comunista de 1935, condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional



Vereador Francisco Guilherme de Souza em sessão solene na Câmara Municipal de Mossoró/RN, 1952, com a presença do então Prefeito Sr. Joaquim Felício de Moura.



**JOEL PAULISTA – SINDICALISTA, MILITANTE DO
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NA DÉCADA DE 30,
UM DOS FUNDADORES DO SINDICATO DO GARRAN-
CHO, JUNTO COM FRANCISCO GUILHEME DE
SOUZA**



Praia de Tibau/RN, 1990 - Francisco Guilherme de Souza e os seus 08 (oito) filhos. Da esquerda para direita: Ozias, Oci, Ocimar, Oziel (agachado), Ormezinda (agachada), Ormiza, Ozires e Onildo.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
DIRETORIO MUNICIPAL DE MOSSORÓ

MÉRITO PROLETÁRIO

A LUTA SO TERMINA QUANDO A VIDA SE ENCERRA

Francisco Guilherme de Souza

HOMENAGEM DOS NOVOS FILIADOS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, AOS COMPANHEIROS QUE DURANTE LONGOS ANOS, MANTIVERAM NAS TREVAS, A CHAMA DA LIBERDADE ACESA, ILUMINANDO OS CAMINHOS DO FUTURO, ATRAVÉS DO QUAL HOJE PROSEGUIMOS COM PASSOS SEGUROS, NO RUMO DA PAZ, DEMOCRACIA E SOCIALISMO.

Mossoró 21 de abril de 1988

Partido Comunista Brasileiro

Luiz Leonardo de Azevedo

José Gabriel Xavier
Presidente

**Diploma Mérito Proletário, de Abril de 1988,
concedido pelo Partido Comunista Brasileiro,
diretório Municipal de Mossoró/RN**



**Diploma concedido ao Sr. Francisco Guilherme de Souza,
pelo Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte.**

VIII PRÊMIO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS EMMANUEL BEZERRA DOS SANTOS

O Centro de Direitos Humanos e Memória Popular - CDHMP e a Rede Estadual de Direitos Humanos - RN, concedem o PRÊMIO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS a

FRANCISCO GUILHERME DE SOUZA

Por sua reconhecida atuação na defesa dos Direitos Humanos, na luta pelas liberdades democráticas e pelo direito intransigente à vida.

Natal (RN) *10.12.2001*

Roberto de Oliveira Monte
Coordenador - CDHMP

Prêmio Estadual de Direitos Humanos Emmanuel Bezerra dos Santos, concedido pelo Centro de Diretos Humanos e Memória Popular e a Rede Estadual de Diretos Humanos/RN, a Francisco Guilherme de Souza



**Diploma de Doutor “Honoris Causa” concedido a
Francisco Guilherme de Souza, pela Universidade Estadual
do Rio Grande do Norte, em Outubro de 2000.**



Francisco Guilherme de Souza recebendo das mãos do Professor José Walter da Fonseca, Reitor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, o Diploma de Doutor “Honoris Causa”, na presença de familiares e sindicalistas, em outubro de 2000.

**Música de autor desconhecido, cantada na Colônia Correccional
Dois Rios (Rio de Janeiro), no período tratado pelo livro.**

Parti forçosamente
Deixando o meu torrão
Para sofrer bem longe
Tormento na prisão

Mais sinto a dor da saudade
Dos entes queridos
Que eu lá deixei
Mais um dia eu verei
A terra, meu lar
Se ainda voltar com felicidade
Dos meus filhinhos ausentes
Sinto a separação
Então vem a saudade
Parti meu coração

Lá para o oceano
Parto o meu bramir
Ele vem com uma seta
Meu coração ferir

Deitado sobre areia
Me ponho a imaginar
Não sei qual o destino
Que Deus sempre a me dar

A roupa esfarrapada
Do céu de colchão

Não tenho travesseiro
A cama é o fino chão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A'RBOCZ, Istvan Inre Laswlo. **Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte.** Natal:[s. e.], 1986. 59 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O território do sal:** a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte. NATAL: UFRN-CCHLA, 1995. 71 p.

COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935:** Natal- o primeiro ato da tragédia. São Paulo: ensaio; Natal: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. 190 p. CORTEZ, Luiz

FERNANDES, Geraldo Margela. **Operários do sal:** dois séculos de exploração. Natal: CCHLA-UFRN, 1982. 109 p.

FERREIRA, Brasília Carlos. **Sindicato do garrancho.** Natal: EDUFRN, 1986. 239 p.

_____. **Trabalhadores, sindicato e cidadania:** Nordeste em tempos de Vargas. São Paulo: Ad. Hominem; Natal: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1987. 294 p.

MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte,** 1930- 1934. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984. 150 p.

MEIHY, JOSÉ Carlos S. B. **Manual de história oral.** São Paulo: Ed. Loyola, 1996. 78 p.

ROCHA, Lauro Reginaldo. **Bangu- memórias de um militante.** Natal: UFRN-CCHLA, 1992. 114 p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1984. Cap. 2, p. 33-46: Fatores atuantes na evolução do sistema educacional brasileiro.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande.** (1889-1930). Natal, Centro Gráfico do Senado Federal, 1989. 269 p.

SOUZA, Francisco G. **Lembranças de uma época.** Mossoró, 1990
(em elaboração).

SPINELLI, José Antonio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar:**
1930-1935. Natal, EDUFRN, 1996. 221 p.

SHELLING, Vivian. **Presença do povo na cultura brasileira.** Cam-
pinas: ed. Unicamp, 1991, 223p.

TAKEYA, Denise M. M. **O outro Nordeste:** o algodão na economia
do Rio Grande do Norte(1880-1915). Fortaleza: BNB-ETENE,
1985, 131 p.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35:** sonho
e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 413 p.

ENTREVISTA À AUTORA

FRANCISCO GUILHERME DE SOUZA. 88 anos, reside na Av. 13 de maio, 592, Centro, Mossoró/RN. Um dos fundadores do Sindicato do Garrancho, Comunista, esteve na presidência do sindicato no período de 1946 a 1950.

LUIZA MARIA TRINDADE, 79 anos, irmã de Chico Guilherme, em Natal/RN.

JORNAIS

JOEL PAULISTA: Comunista, graças a Deus. **Gazeta do Oeste**. Mossoró: 15 de out. 1995. Encarte 2. p. 1

CHICO GUILHERME: uma legenda viva da nossa história. **Dois Pontos**. Natal: 28 de agos. a 03 de set. 1993. p.2.

Mossoró entra na guerra sonhando com o impossível. **Tribuna do Norte**. Natal: 28 de nov. 1993. p.13.

ÍNDICE

Agradecimentos	04	
Prefácio	07	
Introdução	08	
I – O Rio Grande do Norte na Primeira República: Economia, Sociedade e Política		
1. Economia	10	
2. Sociedade e Política	17	
II – O Processo de Luta dos Trabalhadores das Salinas: Criação e Evolução do Sindicato		
1. As condições de Trabalho nas salinas	24	
2. A luta pela organização sindical	28	
III – O Depoimento de um Sindicalista: O Homem e a Luta		40
IV – O Salineiro Doutor	55	
Conclusão	58	

Anexos 61

Referências Bibliográficas 75



www.dhnet.org.br